

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

- 2016 -

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO DO AMARANTE**

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2016, DE 25 DE ABRIL DE 2016

NORMAS GERAIS REGULATÓRIAS DO CONCURSO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 37, II, da Constituição Federal, **TORNA PÚBLICA** a abertura de inscrições para a realização de Concurso Público, com vistas ao preenchimento de cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal, o qual se regerá de acordo com as normas constantes neste Edital de Concurso e seus Anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O **Concurso** Público Municipal será regulado pelas normas do presente **Edital** e consistirá de provas escritas, de acordo com as regras contidas no item “3”, destinado a selecionar candidatos por ordem de classificação e será realizado sob responsabilidade da **Comissão de Organização do Concurso**, constituída por Ato do Chefe do Poder Legislativo Municipal, para o preenchimento dos cargos efetivos, de acordo com a seguinte discriminação:

Cargo/Área de Atuação	Carga Horária semanal	Vagas	Vagas Reservadas aos candidatos com deficiência (**)	Vencimento Básico (R\$) (*)	Código do Cargo	Valor da Inscrição (R\$)
Agente Administrativo	40h/s	06	-	1.335,36	AA	80,00
Almoxarife	40h/s	01	-	1.797,38	AB	80,00
Copeira	40h/s	05	-	880,00	AC	60,00
Digitador	40h/s	01	-	1.925,76	AD	80,00
Monitor de Informática	40h/s	01	-	1.669,20	AE	80,00
Motorista	40h/s	01	-	1.733,19	AF	60,00
Recepcionista	40h/s	01	-	1.797,38	AG	80,00

(*) Além do vencimento básico descrito, na tabela, acima, os servidores do Quadro Efetivo do Poder Legislativo do Município de SÃO GONÇALO DO AMARANTE poderão ter direito a outras vantagens estabelecidas pela legislação pertinente à matéria, em virtude na natureza do cargo.

(**) A natureza do cargo não permite vagas para candidatos com deficiência ou necessidades especiais.

1.1.1. Os candidatos aprovados no concurso, após o seu provimento, terão as suas relações de trabalho regidas pela Lei Complementar nº 001, de 29 de abril de 1993, que institui o Regime Jurídico Único para os Servidores Públicos do Município de São Gonçalo do Amarante, resguardando-se à Câmara Municipal, posteriormente, o direito de realizar as alterações que achar convenientes às normas que regulam as suas relações com os seus servidores, obedecidos aos limites impostos pela legislação vigente.

1.2. O concurso destina-se à ocupação de cargos, atualmente vagos, que vierem a

vagar ou forem criados dentro do prazo de validade previsto neste Edital (item 7.1), e distribuídos de acordo com o estabelecido no “Anexo I”, parte integrante deste Edital.

1.2.1. Os cargos ofertados neste concurso tiveram as suas vagas criadas pela Lei Municipal nº 1.366, de 20 de abril de 2016.

1.3. A lotação dos aprovados far-se-á por ato da Presidência da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, de acordo com a opção feita pelo candidato no formulário de inscrição, bem como aos parâmetros estabelecidos no Anexo I, deste Edital.

1.4. 5% (cinco por cento) dos cargos ofertados neste Edital serão destinados aos candidatos com deficiência, desde que esta (deficiência) não os impossibilite ao exercício do cargo,

observadas as disposições contidas no § 2º, art. 7º, da Lei Complementar nº 001, de 29 de abril de 1993.

1.4.1. O percentual definido no item anterior incidirá sobre o número de vagas ofertadas para cada cargo, prevista no item “1.1.”, deste Edital, em estrita obediência à forma determinada pelo § 2º, art. 7º, da Lei Complementar nº 001, de 29 de abril de 1993, que institui o Regime Jurídico Único para os Servidores Públicos do Município de São Gonçalo do Amarante

1.4.2. Ao final do concurso, não havendo aprovados em número suficiente para prover todos os cargos destinados aos candidatos com deficiência, os cargos que, assim, excederem, poderão ser providos pelos candidatos não deficientes, obedecida à ordem de classificação.

1.4.3. Para efeito de cálculo determinante do número de vagas a serem destinadas aos candidatos com deficiência, serão desprezadas as frações decimais.

1.4.4. É considerada deficiência, que assegura ao candidato o direito de concorrer à vaga reservada, aquela conceituada na medicina especializada de acordo com os padrões estabelecidos pelo Decreto nº. 3.298, de 20/12/99, publicado no DOU de 21/12/99, Seção 1, alterado pelo Decreto nº. 5.296, de 02/12/2004, publicado na Seção 1 do DOU do dia 03/12/2004.

1.4.5. O candidato com deficiência aprovado no concurso terá seu nome publicado na classificação geral de aprovados e em lista à parte, destinada somente aos candidatos com deficiência; entretanto, cada candidato, somente poderá ocupar uma única vaga (ofertada neste concurso).

1.4.6. Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios para aprovação, em conformidade ao que determina o art. 41, incisos I a IV do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

1.4.6.1. Se necessário, o candidato com deficiência deverá requerer, no momento de sua inscrição, tempo adicional para a realização das provas, apresentando justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

1.4.7. O candidato que não declarar no ato de inscrição o seu tipo de deficiência ficará impedido de concorrer às vagas reservadas, porém disputará as de classificação geral.

1.4.8. A classificação do candidato não garante a ocupação da vaga reservada às pessoas com deficiência, devendo ainda, quando convocado, submeter-se à Perícia Médica que será promovida pela Junta Médica do Município ou entidade por ele credenciada.

1.4.9. No dia e hora marcados para a realização da Perícia Médica, o candidato deve apresentar laudo médico atestando o tipo, o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e indicando a causa provável da deficiência.

1.4.10. A Perícia Médica decidirá, motivadamente, sobre:

a) a qualificação do candidato enquanto pessoa com deficiência, observando, obrigatoriamente, os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 3.298, de 20.12.1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02.12.2004; e,

b) a compatibilidade da deficiência constatada com o exercício das atividades inerentes ao cargo ao qual concorre, tendo por referência a descrição das atribuições do cargo constante no Anexo VI, deste Edital.

1.4.11. O candidato que, após a Perícia Médica, não for considerado deficiente, terá seu nome excluído da lista de classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência. No entanto, permanecerá na lista de classificação para as vagas de concorrência geral.

- 1.4.12. O candidato cuja deficiência for julgada incompatível com o exercício das atividades do cargo será desclassificado e excluído do certame.
- 1.4.13. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no certame ou por decisão da Perícia Médica, serão preenchidas pelos demais candidatos da concorrência geral, observada a ordem de classificação.
- 1.4.14. Após a contratação, o candidato não poderá utilizar-se da deficiência que lhe garantiu a reserva de vaga no certame para justificar a concessão de licença.

2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. A inscrição no concurso será, exclusivamente, **presencial, durante o período de 27 de abril de 2016 a 06 de maio de 2016 (exceto aos sábados, domingos e feriados), das 08h:00min às 13h:00min**, no ESPAÇO VINTAGE, situado na Rua Capitão Procópio, nº 67, (ao lado da Igreja Matriz), Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482.
- 2.1.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, ainda que atue mediante procurador.
- 2.1.2. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá orientar-se no sentido de pagar a taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todas as normas e requisitos exigidos para o concurso. Em hipótese alguma será devolvido o valor pago pela inscrição.
- 2.1.3. Não haverá inscrições pela Internet, mas tão somente de forma presencial, devendo os interessados efetuar o pagamento da taxa de inscrição, correspondente ao cargo escolhido, (conforme discriminação do item 2.2, VII), em favor da **Conta Corrente de nº 26.674-4 – Concurso Público 2016 - Câmara, Agência: 2622-0, Banco do Brasil** e entregá-lo no local das inscrições, no ESPAÇO VINTAGE,

situado na Rua Capitão Procópio, nº 67, (ao lado da Igreja Matriz), Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, juntamente com um documento de identidade e o formulário de inscrição, devidamente preenchido, que estará à disposição dos candidatos no local das inscrições.

- 2.1.4. **Não serão aceitos recolhimentos de depósitos bancários efetuados em terminais de autoatendimento**, sendo sua inscrição condicionada à confirmação do depósito na conta especificada no item “2.1.3”, deste Edital. Contudo será aceito o recolhimento da taxa de inscrição, em favor da **Conta corrente de nº 26.674-4 – Concurso Público 2016 – Câmara, Agência: 2622-0, Banco do Brasil**, através de transferência eletrônica bancária.

- 2.2. **São requisitos para a inscrição no concurso público e para a admissão no cargo:**

- I - Ser brasileiro nato, naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferida igualdade, nas condições previstas no art. 12, inciso II, § 1º da Constituição Federal;
- II - Ter, na data marcada para admissão, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos (conforme estabelece o Estatuto do Servidor Público Municipal);
- III - Estar em dia com as obrigações militares, exceto para os candidatos do sexo feminino;
- IV - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- V - Apresentar, na data da convocação para a admissão, comprovante da habilitação (qualificação) exigida para o desempenho das atribuições do cargo, de acordo com o Anexo I, deste Edital;
- VI - Declarar no requerimento da inscrição que possui os requisitos exigidos para o cargo pretendido e que conhece e aceita as normas constantes deste Edital.

- VII - Efetuar o pagamento do valor da taxa de inscrição, em favor da **Conta Corrente de nº 26.674-4 – Concurso Público 2016 - Câmara, Agência: 2622-0, Banco do Brasil**, dentro do prazo de inscrição, de que trata o item 2.1, deste edital, e em conformidade com os valores definidos no item 1.1, deste Edital.
- VIII - Apresentar, em se tratando de **candidato com deficiência**, no ato de sua convocação, fotocópia autenticada do laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência que possui (com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças-CID), indicando qual a provável causa da deficiência e a existência de compatibilidade entre o grau de deficiência que apresenta e o exercício do cargo a que pretende concorrer, observado o disposto no item “6.3.1”, conforme modelo constante no Anexo V, deste Edital;
- 2.2.1. No ato da inscrição, **não serão solicitados** comprovantes das exigências contidas nos incisos I, II, III, IV, V e VIII, todos do item “2.2.” deste Edital; no entanto, o candidato que não os apresentar na data marcada para a admissão, será, automaticamente, eliminado, observado o disposto nos itens “6.6” e seguintes, deste Edital.
- 2.3. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração do cargo e, pretendendo o candidato inscrever-se em outro cargo deverá fazer uma nova inscrição.
- 2.4. O candidato com deficiência indicará, no ato de sua inscrição, a deficiência que apresenta e, no campo correspondente, informará, se for o caso, quais os recursos e/ou aparatos especiais de que necessita para realizar as provas, sob pena de não tê-los à disposição no dia de sua realização.
- 2.4.1. O candidato com deficiência que não se inscrever como tal, concorrerá apenas como candidato que não possua deficiência.
- 2.5. O preenchimento do Formulário de Inscrição é de responsabilidade única e exclusiva do candidato.
- 2.6. Todos os candidatos inscritos aos diversos cargos farão prova na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.
- 2.7. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar, no Formulário de Inscrição, o código da opção do cargo/área de atuação para o qual pretende concorrer, conforme tabela de opções constante do Anexo I, deste Edital.
- 2.7.1. O candidato que deixar de indicar no Formulário de Inscrição o código da opção do cargo ou fizer indicação de códigos inexistentes, poderá ter a sua inscrição cancelada, conforme disposto no item “2.1.1”, deste Edital.
- 2.8. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante o direito de excluir do certame, em qualquer momento ou fase do Concurso Público, aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos ou falsos.
- 2.8.1. Os campos E-MAIL e TELEFONE, constantes na ficha de inscrição, são campos de preenchimento obrigatório.
- 2.8.2. O campo REGISTRO GERAL, constante na ficha de inscrição, poderá ser preenchido com o número de registro de qualquer um dos documentos de identificação referidos no item “3.1.3, deste Edital.”
- 2.9. Constatada qualquer irregularidade, será a inscrição anulada, bem como todos os atos dela decorrentes, com a exclusão do candidato do processo seletivo.
- 2.10. Os candidatos que fizerem jus a algum tipo de isenção legal deverão requerê-la até o terceiro dia de inscrição, de forma fundamentada, a fim de que seja analisada pela Comissão Organizadora do Concurso.

- 2.10.1. De posse da Ficha de Inscrição, da fotocópia da carteira de identidade e do requerimento de isenção do valor da taxa de inscrição (Anexo III), devidamente preenchido e assinado e da documentação constante do subitem 2.10.4.1, deste Edital, o candidato deverá:
- a) De forma presencial, dirigir-se ao ao ESPAÇO VINTAGE, situado na Rua Capitão Procópio, nº 67, (ao lado da Igreja Matriz), Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, até o terceiro dia útil de inscrição (dia 29 de abril de 2016), das 08h:00min às 13h:00min, a fim de protocolar seu pedido, ou para que o mesmo seja analisado perante a Comissão Organizadora do Concurso Público.
- 2.10.2. O requerimento de que trata o subitem anterior estará disponível no site www.serctam.com.br e no ESPAÇO VINTAGE, situado na Rua Capitão Procópio, nº 67, (ao lado da Igreja Matriz), Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, e deverá ser entregue à Comissão de Organização do Concurso, dentro do prazo, acima estipulado, no endereço anteriormente citado.
- 2.10.3. Os candidatos que estejam enquadrados na caracterização de pobreza e extrema pobreza, na forma do caput do art. 18, do Decreto Federal nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, com a redação atualizada pelo Decreto Federal nº 8.232, de 30 de abril de 2014 — caracterização de pobreza e extrema pobreza para fins de inclusão no programa Bolsa Família — poderão requerer isenção da taxa de inscrição do concurso público regulado por este Edital, no prazo estipulado no subitem 2.10.1, alínea “a”, deste Edital.
- 2.10.4. No formulário de requerimento de isenção, o candidato fará constar os dados que o caracterizam como beneficiário do direito à isenção no certame, além da declaração de que as informações por ele prestadas são verdadeiras, sob pena de infração ao art. 299, do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).
- 2.10.4.1. Além dos documentos de que trata o item 2.10.1, deste Edital, o candidato deverá formular a solicitação de isenção da taxa de inscrição com os seguintes documentos:
- a) Fotocópia do cartão NIS (cartão bolsa família) devidamente atualizado, e,
 - b) Declaração atualizada de beneficiário(a) do **Programa Bolsa Família**, emitida pela Coordenadoria do Cadastro Único, que comprove a existência da transferência de renda em nome do requerente ou do grupo familiar a que pertence;
- 2.10.4.2. Os dados cadastrais de que trata as alíneas “a” e “b”, do item anterior, deverão conter: nome completo do candidato, data de nascimento, número da identidade, data de expedição do RG, órgão expedidor do RG, CPF, nome da mãe e comprovante da atualização dos dados no Cadastro Único atualizado.
- 2.10.5. Para fins da caracterização sócioeconômica das famílias de baixa renda, o candidato ou sua família deverá:
- a) Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme disposto no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;
 - b) Ser membro de família em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **per capita** de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e R\$ 77,00 (setenta e sete reais), respectivamente;
 - c) Comprovar o vínculo existente entre o beneficiário do programa e o requerente, **quando este não for o próprio beneficiário** e também cópia do boleto bancário gerado pela internet.
- 2.10.6. A Câmara Municipal poderá, a qualquer momento, realizar inspeção para averiguação das informações prestadas pelo candidato requerente do benefício

de isenção, previsto pelo item “2.10” e seus subitens, encaminhando-a ao Ministério Público os casos de constatação de declarações falsas para que se torne efetiva a sanção prevista pelo art. 299, do Código Penal para os infratores.

- 2.10.7. O formulário de requerimento de isenção está disposto no Anexo III, deste Edital e deverá ser entregue, **pessoalmente**, até o terceiro dia útil de inscrição (Dia 29 de abril de 2016), das 08h:00min às 13h:00min, no ESPAÇO VINTAGE, situado na Rua Capitão Procópio, nº 67, (ao lado da Igreja Matriz), Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, para a devida análise e julgamento por parte da Comissão de Organização do Concurso Público, bem como os documentos de que trata o item 2.10.4.1, deste Edital, em estrita observância ao disposto no art. 18 e seus parágrafos, do Decreto Federal nº 5.232, de 17 de setembro de 2014, com redação atualizada pelo Decreto Federal nº 8.232, de 30 de abril de 2014.
- 2.10.8. O candidato deverá acompanhar no site www.serctam.com.br o resultado da análise do deferimento ou do indeferimento dos requerimentos de isenção do valor da taxa de inscrição.
- 2.10.9. **Deferida a isenção** do valor da taxa de inscrição, o candidato estará apto a concorrer ao cargo para o qual se inscreveu.
- 2.10.10. Uma vez indeferido o requerimento de isenção, o candidato deverá pagar a taxa de inscrição do cargo pretendido e efetuar sua nova inscrição.

3. DAS PROVAS

- 3.1. O Concurso constará de provas **escritas** (objetiva de múltipla escolha): que versará sobre o conteúdo programático descrito no Anexo II, deste Edital, para todos os candidatos;
- 3.1.1 As provas escritas serão aplicadas na cidade de SÃO GONÇALO DO AMARANTE, Estado do Ceará, em data(s), horário(s) e locais a serem oportunamente divulgados, devendo o

candidato comparecer ao local designado, com antecedência mínima de (01) uma hora do horário fixado para o início das provas, munido de caneta esferográfica (azul ou preta), do comprovante de inscrição, juntamente com o documento de identidade de valor legal (que contenha a fotografia do identificado), indispensáveis para prestação do exame.

- 3.1.2. Até o vigésimo dia após o encerramento das inscrições, o Município disponibilizará no site: www.serctam.com.br e na Sede da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, situada na Rua Santos Dumont, nº 72, Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, SÃO GONÇALO DO AMARANTE – Ce., CEP: 62.670-000, comunicado contendo a(s) data(s), horário(s) e os locais de realização das provas.
- 3.1.3. **Somente será admitido ingressar ou permanecer no local de realização de provas** o candidato que apresentar documento que bem o identifique (com fotografia) como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as do CRP, CREA, CRC, OAB, etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia - na forma da Lei nº 9.503/97).
- 3.2. As **provas escritas** terão duração máxima de 04 (quatro) horas. Findo este prazo, os candidatos terão suas provas e os cartões de respostas (gabaritos) recolhidos.
- 3.2.1. O desempenho do candidato na prova escrita (objetiva de múltipla escolha), será apurado pelo preenchimento do cartão de respostas (gabarito), único e personalizado, entregue ao candidato.
- 3.2.2. Na prova escrita, anular-se-á a questão do candidato que, no cartão de

- respostas, contiver mais de uma resposta assinalada, emenda ou rasura ou, ainda, se nenhuma opção for marcada para a questão.
- 3.2.3. Ao terminar a prova escrita, o candidato deverá entregar o cartão de respostas e o caderno de provas, devidamente assinados, e assinar a lista de presença, sob pena de ser eliminado do certame por ato da Comissão de Organização do Concurso Público.
- 3.2.3.1. Após o preenchimento do cartão de respostas, será fornecida, ao candidato, uma folha de anotação de gabarito para que o mesmo possa comparar com o gabarito oficial a ser divulgado na forma do item “3.2.5.”, deste Edital.
- 3.2.3.2. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos; aquele que não observar esta disposição, insistindo em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do concurso e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado por dois outros candidatos, pelos Fiscais de Provas e pelo Coordenador e será excluído do concurso com base na alínea “c”, do item “7.4”, deste Edital.
- 3.2.4. A correção do cartão de respostas da prova escrita, preenchido pelo candidato, dar-se-á por via eletrônica (leitura ótica).
- 3.2.5. Os gabaritos para conferência do desempenho do candidato na prova escrita serão divulgados, no máximo, em 72 (setenta e duas) horas após a realização da prova escrita, no site “www.serctam.com.br” e na Sede da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, situada na Rua Santos Dumont, nº 72, Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, SÃO GONÇALO DO AMARANTE.
- 3.3. Não haverá segunda chamada de prova, nem realização de provas fora das datas, horários e locais estabelecidos e o não comparecimento do candidato a qualquer das provas, a que esteja sujeito, implica na eliminação do candidato do processo seletivo.
- 3.4. Não será permitida ao candidato a consulta a livros, textos comentados, apontamentos ou papéis de quaisquer natureza, bem como portar aparelhos eletrônicos de comunicação, calculadora e papéis em branco.
- 3.5. As provas escritas terão caráter eliminatório e classificatório;
- 3.5.1. Para efeito de aferição de notas, as provas escritas atribuirão de “0,00 a 10,00” pontos.
- 3.5.2. Os pontos auferidos na prova escrita, não ultrapassarão ao limite máximo de 10,00 pontos.
- 3.6. O conteúdo programático disposto no Anexo II, deste Edital, determina o limite de abrangência das matérias cobradas nas provas; entretanto, não existe obrigatoriedade de que a prova aplicada abranja (contenha) todos os tópicos descritos no referido conteúdo.
- 3.7. Os cadernos de provas aplicados ficarão em poder da empresa realizadora do concurso, até a homologação final do concurso. Após esse período, as mesmas poderão ser incineradas.
- 3.7.1. O Anexo VI, deste Edital, apresenta a descrição sumária dos cargos públicos ofertados neste Edital.
- 3.8. As provas escritas, para todos os cargos públicos abrangidos por este Edital, constarão de 40 (quarente) questões de múltipla escolha, baseadas nos programas de que trata o Anexo II, deste Edital, contendo a seguinte estrutura:
- a) **Ensino Médio Completo (Agente Administrativo, Almoxarife e Recepcionista):** 10 (dez) questões de conhecimentos específicos, 10 (dez) questões de língua portuguesa, 05 (cinco) questões de matemática, 05 (cinco) questões de noções de informática, 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e atualidades e 05 (cinco) questões de história de SÃO GONÇALO DO AMARANTE;

- b) **Ensino Médio Completo (Digitador e Monitor de Informática):** 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos (Informática), 10 (dez) questões de língua portuguesa, 05 (cinco) questões de matemática, 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e atualidades e 05 (cinco) questões de história de SÃO GONÇALO DO AMARANTE;

- c) **Ensino Fundamental I Completo (Copeira e Motorista, Categoria "B"):** 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos, 10 (dez) questões de língua portuguesa, 05 (cinco) questões de matemática, 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e atualidades e 05 (cinco) questões de história de SÃO GONÇALO DO AMARANTE;

4. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 4.1. Somente será aprovado o candidato que obtiver, nas provas escritas, a nota igual ou superior a 05,00 (cinco) pontos.
- 4.1.1. Será considerado reprovado o candidato que não conseguir obter a média mínima fixada no item "4.1.", deste Edital.
- 4.2. Dentre os candidatos aprovados, a classificação será feita, em função do somatório dos pontos obtidos na prova escrita.
- 4.3. O candidato será classificado em ordem decrescente de pontos, de acordo com o desempenho obtido.
- 4.3.1. Ocorrendo empate no total de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente:
- a) o concorrente mais idoso, contados os anos, meses e dias;
 - b) o concorrente que tiver o maior número de filhos, menores de 18 (dezoito) anos;
 - c) o concorrente que comprovar maior experiência no serviço público municipal;

- d) o concorrente que obtiver maior pontuação nas questões de português.

- 4.3.2. A comprovação das informações relativas às alíneas "a" e "b" do item "4.3.1.", deste Edital, poderá ser requisitada pela Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante a qualquer tempo.

5. DOS RECURSOS

- 5.1. Caberá recurso, na forma do Anexo IV, deste Edital, desde que devidamente fundamentado, contra qualquer questão da prova escrita (Objetiva de Múltipla Escolha), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do gabarito da prova, no site www.serctam.com.br;
- 5.2. Os recursos deverão ser entregues, pessoalmente, dentro do prazo definido no item "5.1", à Comissão Organizadora do Concurso, na Sede da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, situada na Rua Santos Dumont, nº 72, Centro, CEP: 62.670-000, Telefone: 3315-4482, SÃO GONÇALO DO AMARANTE – Ce., CEP: 62.670-000.
- 5.3. Não serão avaliados recursos sem instrução e fundamentação, ou que forem impetrados fora do prazo de que trata o item "5.1", deste Edital.
- 5.4. Serão rejeitados liminarmente os recursos postados fora do prazo, os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato e os que não utilizarem o modelo do formulário contido no Anexo IV, deste Edital.
- 5.5. Havendo alteração no resultado oficial do concurso, em razão do julgamento de recursos apresentados à Comissão de Organização do Concurso, este deverá ser republicado com as alterações que se fizerem necessárias.

6. DA ADMISSÃO

- 6.1. A aprovação no concurso público garante ao aprovado dentro do número de vagas, de que trata o item 1.1, deste Edital, o direito à nomeação, devendo ser observada, rigorosamente, a ordem de classificação, e a convocação dos

- candidatos aprovados se dará mediante edital, dentro do prazo de validade do concurso público.
- 6.2. Não haverá divulgação de candidatos reprovados, não classificados ou não habilitados, podendo o candidato consultar, de forma individual, o seu posicionamento, de acordo com as instruções previstas no site “www.serctam.com.br” ou, ainda, consultar as referidas listagens na sede da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante.
- 6.3. A investidura do candidato dependerá de inspeção médica a ser realizada pela perícia médica, constituída para este fim, só podendo ser admitido aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo.
- 6.3.1. Os candidatos com deficiência que se inscreveram para este certame deverão comparecer à perícia médica, munidos do laudo médico (exigência do inciso VIII, do item “2.2.”, deste Edital) ou de outra fotocópia autenticada deste documento.
- 6.4. O candidato aprovado deverá apresentar, quando convocado para o início dos procedimentos preparatórios dos atos de provimento e investidura no respectivo cargo, os seguintes documentos:
- a) fotocópia autenticada da Certidão de Nascimento ou da Certidão de Casamento;
 - b) fotocópia autenticada do título de eleitor, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
 - c) fotocópia autenticada do certificado de reservista para o candidato do sexo masculino;
 - d) fotocópia autenticada da Carteira de Identidade;
 - e) fotocópia autenticada do Cartão do CPF;
 - f) fotocópia autenticada dos documentos que comprovam os preenchimento dos requisitos
- descritos no item “2.2.” e no Anexo I, deste Edital;
- g) 02 (duas) fotografias 3X4, recentes e iguais;
 - h) fotocópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos que possuir;
 - i) fotocópia autenticada do cartão do PIS ou PASEP;
 - j) apresentação de exames médicos solicitados pela perícia;
 - k) outros documentos listados no ato convocatório.
- 6.5. A investidura dos aprovados será condicionada à sua apresentação no prazo estipulado pelo edital de convocação, a ser baixado pelo Presidente da Câmara Municipal de SÃO GONÇALO DO AMARANTE ou autoridade delegada, munido dos documentos relacionados no item anterior, bem como de outros exigidos em Lei, enumerados por ocasião da convocação.
- 6.6. Convocado para apresentar os documentos necessários à nomeação e posse, conforme item “2.2.1”, deste Edital, o candidato que não possuir a habilitação legal exigida para o exercício do cargo, na data marcada para a admissão, será, automaticamente, eliminado.
- 6.7. A Câmara Municipal de SÃO GONÇALO DO AMARANTE não se responsabilizará pelo deslocamento de ida e volta ao trabalho para servidores que residirem em outros municípios, razão pela qual não haverá auxílio de deslocamento/transporte.
- ## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
- 7.1. O concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado, por ato do Presidente da Câmara Municipal de SÃO GONÇALO DO AMARANTE, uma única vez, por igual período.

- 7.2. A diferença entre o número de aprovados e o de classificados dentro do número de vagas, constantes do item 1.1, deste Edital, **constituir-se-á em cadastro de reserva**, para substituir eventuais desistências ou abertura de novas vagas no prazo de validade do concurso.
- 7.3. A relação dos candidatos aprovados será divulgada oficialmente, em ordem de classificação.
- 7.4. Será excluído do concurso, a qualquer momento, o candidato que:
- a) fixar em qualquer documento (inclusive na ficha de inscrição) declaração falsa ou inexata;
 - b) deixar de apresentar, quando solicitado, quaisquer dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos do item “2.2.”, deste Edital;
 - c) ausentar-se do recinto da prova sem permissão ou praticar ato de incorreção ou descortesia para com qualquer Aplicador, Fiscal, Coordenador (ou quaisquer de seus auxiliares) incumbidos da realização das provas;
 - d) utilizar-se de qualquer fonte de consultas não autorizadas;
 - e) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação verbal, escrita, eletrônica, por gestos ou de qualquer outra forma com outro candidato;
 - f) quebrar o sigilo da prova mediante qualquer sinal que possibilite a identificação;
 - g) não devolver o caderno de provas e a colha de respostas, devidamente assinados;
 - h) ausentar-se do local de prova, sem o acompanhamento do fiscal, após o início da prova;
 - i) utilizar processos ilícitos na realização das provas, segundo se comprovar, posteriormente, mediante análise por meio eletrônico,
- estatístico, mecânico, visual ou grafotécnico;
- j) utilizar, no local de aplicação da prova, telefone celular, BIP ou quaisquer outros meios que sugiram possibilidade de comunicação;
 - k) for apanhado utilizando-se de qualquer meio na tentativa de burlar a prova;
 - l) recusar-se a trocar de carteira (no momento da realização da prova), após a solicitação de fiscal ou coordenador do concurso;
 - m) insistir em desobedecer aos procedimentos padronizados adotados pela organização do concurso, causando tumulto ou atrapalhando os demais candidatos.
 - n) estiver em local de prova portando armas ou objetos que ameacem a integridade física dos profissionais responsáveis pela aplicação das provas.
- 7.5. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das normas deste Edital e o compromisso de aceitar as condições do concurso, tais como se acham postas nos dispositivos supracitados.
- 7.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Comissão de Organização do Concurso, no que concerne à aplicação e julgamento do presente concurso.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, em 25 de abril de 2016.

JOSÉ EDNALDO LOPES MARTINS
Presidente da Câmara